



SENADO FEDERAL
Gabinete Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2024 - CE, seja incluída a representação dos servidores e servidoras da Administração Direta do Ministério da Educação (MEC) e a discussão sobre a necessidade de plano de carreira e remuneração para tais servidores, no contexto do fortalecimento e valorização de todo o "ecossistema" do MEC.

Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:

- representante do corpo funcional dos Servidores do MEC;
- representante do Sindsep-DF.

JUSTIFICAÇÃO

Para alavancar e alcançar as metas e objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), instrumento de planejamento estruturante, de caráter decenal e que deve ser apresentado ao Congresso Nacional nos próximos dias, bem como para o provimento do conjunto de políticas educacionais que vem sendo apresentadas e retomadas, é necessário forte investimento na valorização de trabalhadores(as) em educação, inclusive por meio de melhores condições de trabalho, formação, fortalecimento e profissionalização no MEC.

Em razão das lutas dos/as servidores/as, e do compromisso da atual gestão, o Ministro da Educação, Camilo Santana, entregou a proposta de criação



da Carreira de Gestão de Políticas Públicas Educacionais (GPPE) e do Plano Especial de Cargos do MEC (PECMEC) ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na pessoa da Ministra Esther Dweck. Este resultado, decorre dos entendimentos construídos no Grupo de Trabalho interno no MEC, sob liderança da Secretaria Executiva (SE) e Subsecretaria de Gestão Administrativa (SGA).

A proposta visa reduzir a enorme disparidade entre a remuneração dos servidores do ecossistema do MEC, sobretudo aqueles pertencentes ao PGPE que, atualmente, chega a ser em média 46% inferior à de algumas carreiras, igualmente necessárias ao fortalecimento da educação do país e para efetivação de políticas de Estado. De igual modo, a aprovação da carreira, tende a fixar servidores/as que, com melhores salários e perspectivas não deixarão o MEC, como ocorreu em período próximo em que a evasão de servidores superou 70% do seu contingente.

A valorização dos servidores públicos, com carreira, formação, condições de trabalho, em suma, valorização, portanto, contribui para afastar ingerências, influências indevidas e a própria descontinuidade de políticas estruturantes para o país, que devem ser ancoradas no PNE, de forma estável e estruturada.

Por tais razões, propomos a visão de conjunto para o fortalecimento da coordenação nacional da política de educação (formulação, implementação, monitoramento, avaliação e financiamento) em nosso país.

Sala da Comissão, 25 de junho de 2024.

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)

